

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA  
26 A 29 DE JULHO DE 2017, BRASÍLIA, DF  
GT SOCIOLOGIA DA CULTURA

A MEDICINA CONTRA O PERFUME: AS TESES MÉDICAS DE SÉCULO XIX  
PRODUZIDAS NA BAHIA E O VALOR SIMBÓLICO DAS FRAGRÂNCIAS

MARIA SALETE DE SOUZA NERY  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

## INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um esforço em compreender a conformação do gosto pelo perfumar-se no Brasil, tomando, em especial, a região nordeste como centro de atenção devido a ser a maior região consumidora do produto no país. O questionamento sobre este gosto remonta à busca pelos processos sócio-históricos de elaboração dos significados dos cheiros e do perfumar-se no contexto nacional, mas lembrando, por um lado, das nuances que isso assume num país vasto e altamente diversificado e, por outro, da estreita ligação do Brasil, na situação de colônia ou pós-independência, com o alémmar. O princípio do percurso de pesquisa remontou à interpretação do atual mercado nacional de perfumaria, em termos de produção-consumo, ao mesmo tempo em que se iniciou a saga em busca da articulação de significados que teria permitido a que chegássemos ao posto de primeiro consumidor mundial no período de 2010 a 2014 e hoje, em contexto de crise, permanecêssemos como segundo maior consumidor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e ainda à frente da China.

Explicações de caráter climático, econômico e/ou em termos de densidade populacional se apresentam frágeis à compreensão do lugar ocupado pelo mencionado produto nas vidas e prateleiras dos brasileiros. O perfume é entendido aqui enquanto um bem simbólico, no sentido de que amarra uma série de significados social e historicamente construídos e, deste modo, expressa ao tempo em que conforma cosmologias de mundo, ou seja, imagens, autoimagens e, portanto, sentimentos e ações (Bourdieu, 2000, Elias, 1998, 2002). Os cheiros foram/são usados como fator para classificação e hierarquização de indivíduos e grupos definindo beleza/atratividade, proximidade/distância em relação à natureza/civilização, saúde/doença, pertencimento social etc. ao mesmo tempo em que, na medida em que são manipuláveis (ou seja, em que se criaram mecanismos para a produção humana de fragrâncias), tornam-se recurso em lutas simbólicas nas quais a estima aparece como um dos grandes prêmios. Deste modo, a primeira questão elencada disse respeito a possíveis significados dos cheiros para chegarmos àqueles odores racionalizados e confinados em frascos enquanto um dos produtos do mundo capitalista: as fragrâncias.

Se a partir das entrevistas e da leitura do parco material a respeito dos odores, somos informados acerca de alguns dos fatores que participam dessa complexa constelação de significados, somos obrigados a hipoteticamente refazer um percurso histórico que nos permita dar conta de como eles se apresentam em nossa específica realidade, uma vez que materiais a respeito do tema no Brasil são praticamente inexistentes, na perspectiva que assumimos aqui. Assim, tomando nosso específico contexto, fui buscar nas

articulações entre magia e cura os primeiros elementos de valorização dos cheiros na relação entre os diferentes grupamentos humanos que compuseram o Brasil em tempos coloniais. O caráter mágico-medicamentoso dos cheiros é entendido como um dos elementos de ligação entre as diferentes cosmologias em disputa na América portuguesa e que pode ter servido de elo a partir do qual a própria crença no poder dos cheiros teria sido não apenas confirmada, como também reforçada a partir do vislumbrar de práticas diversas que acionavam seu potencial de transformação no mundo, especialmente frente aos dilemas do adoecer e da perspectiva de morte (Nery, 2016a). Contudo, se tal crença nos permite dar conta de um elemento de continuidade no percurso histórico aqui perseguido para reflexão, nos deixa carentes na reflexão sobre as descontinuidades fundamentais que permitem dar conta da própria conformação do cheiro em produtos. Apesar de se apresentar como importante fator, o caráter mágico-medicamentoso dos cheiros é insuficiente para dar conta do objeto em questão, uma vez que a crença na magia dos cheiros esteve também presente em diferentes lugares do mundo articulando povos e crenças díspares do mesmo modo como ocorreu no Brasil. Ou seja, somos obrigados a fazer avançar a figuração em sua história para perceber fatores outros de importância que devem ser articulados àquilo que já foi discutido e que pode, inclusive, levar à atualização do que já foi posto em tela.

Tomamos para efeitos deste específico trabalho o papel da medicina profissional, através da atuação de seus representantes (os médicos diplomados que apresentaram teses na área), na efetivação de deslocamentos nos modos de significação dos cheiros e das fragrâncias no Brasil, num momento de cruciais transformações no modo de vida dos habitantes do país: o século XIX. Neste período já podemos falar, com a vinda da corte portuguesa e abertura comercial dos portos, do maciço ingresso de perfumes para uso pessoal advindos especialmente de França e Inglaterra a contribuir para o prolongamento de comportamentos e gostos associados a um mundo aristocrático de sociabilidade nos salões. Tais médicos se colocarão contra o uso dos perfumes, o que poderíamos compreender a partir de argumentos biológicos referidos, pois, às condições e possibilidades de saúde/doença dos povos. Contudo, os argumentos pinçados por estes profissionais vão além do biológico e seus interlocutores são variados, com que assumem relações de afinidade e tensão.

Como compreender que médicos eruditos do século XIX tenham voltado sua atenção ao debate sobre o uso de aromáticos como parte de suas teses de medicina? O que eram os cheiros e as fragrâncias nesse contexto e qual a ordem de deslocamentos nos significados dos odores e do perfumar-se que tais profissionais tencionavam operar?

O XIX foi marcador de alterações de grande monta quanto aos modos de vida levados a cabo no Brasil por suas diferentes gentes: Independência; vinda da corte portuguesa; abertura dos portos às “Nações amigas”; abolição da escravatura; proclamação da República... Em meio a tudo isso, vislumbramos o desenvolvimento do projeto de transformar o Brasil numa civilização rompendo seus laços com um recente passado colonial que prolongava suas raízes no mais subterrâneo da vida dos habitantes deste lugar. A abertura das escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, bem como sua posterior transformação em Faculdade de Medicina em 1832 nas duas localidades, a formar não mais cirurgiões e sim médicos com a possibilidade de apresentarem teses na área e, deste modo, obter o título de doutor em medicina, é decorrência das transformações em curso, ao tempo em que simultaneamente se constituiu como fator que ajudou a catapultar a própria construção do “Brasil moderno” na medida em que tal ordem de profissionais se colocou aqui como os próprios avatares que operacionalizariam com suas medidas higiênicas a construção da civilização brasileira. Frente à envergadura de tal intento, o tema perfume enquanto objeto de teses médicas parece um contra-senso. De fato, não encontrei teses voltadas exclusivamente às fragrâncias, que as colocasse como único objeto de atenção, mas o debate sobre cheiros e perfumes apareceu em algumas delas (no plural) conferindo destaque a eles, o que reforça a pertinência da questão antes levantada: Por quê? Aquilo que está posto de pronto é que se trata de um debate a respeito de corpo, comportamentos e civilização, ou seja, que incide no cruzamento entre biológico, psicológico e social-simbólico.

Para entender o franco ataque dos profissionais de medicina aos perfumes, tomarei como elemento articulador da discussão as teses de medicina redigidas no século XIX por tais profissionais na Faculdade de Medicina da Bahia<sup>1</sup>. Inicialmente, mesmo ultrapassando um pouco a referência ao XIX, considereirei como universo os 2.502 trabalhos produzidos no período de 1840 a 1928. Deste, cujo acesso inicial foi apenas aos títulos das obras, devido ao acervo não estar em sua grande maioria digitalizado, fiz uma seleção de apenas 38 teses, cujos títulos remontavam diretamente a questões de comportamento e/ou faziam referência direta ao tema da civilização. Deste material pré-selecionado, algumas poucas teses não foram encontradas nas estantes ou estavam em estado muito precário de conservação, inviabilizando seu manuseio. Ainda assim, o material se mostrou rico quanto a seu potencial de instigar perguntas e possibilitar hipotéticas respostas

---

<sup>1</sup> Aproveito para agradecer aos funcionários da Bibliotheca Gonçalo Moniz: Memorial da Saúde Brasileira, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela ajuda no processo de consulta a este rico acervo.

acerca do modo como o perfume, enquanto tema, não pode ser relegado à condição de “mera perfumaria”.

Estrategicamente, tomo o aporte da sociologia figuracional de Norbert Elias (1999) para compreender a fala desses médicos em sua relação de interdependência com as atuações de outros indivíduos/grupos que compunham as redes relacionais no XIX e que são acionados direta ou indiretamente por esses profissionais da cura, a exemplo da Igreja, da aristocracia, da família brasileira e dos diferentes outros curadores. O início do percurso serão as teses propriamente ditas para depois avançarmos sobre a teia de interdependências que as iluminam.

## TESES E AS TESES SOBRE OS CHEIROS

O debate sobre os cheiros e as fragrâncias é direcionado às mulheres, na condição de suas principais usuárias, no caso do perfume, e por conta de uma alegada condição de maior vulnerabilidade orgânica. Conforme, por exemplo, Antônio Dias Coelho, na tese *Algumas Proposições sobre Temperamentos* (1853), as mulheres teem predisposição ao temperamento sanguíneo<sup>2</sup>, o que as torna volúveis, inconstantes e suscetíveis a inflamações e hemorragias. O médico sugere que as mulheres evitem tudo aquilo que possa acionar sua “susceptibilidade nervosa”, inclusive “o exercício apurado das faculdades intellectuaes”. No entanto, a vinda da família real portuguesa para o Brasil no início do século havia apresentado e promovido o exercício de um novo modo de sociabilidade, o cortesão, que se contrapunha frontalmente a qualquer concepção de preservação da mulher nos termos apresentados por Coelho. A corte trouxe e ajudou a disseminar uma vida pública marcada por bailes, saraus e apresentações de teatro, ligada à excitação dos sentidos, que obrigava as mulheres a introjetar modos de relacionamento com os quais elas não estavam acostumadas e não haviam sido preparadas, uma vez que os cuidados com as mulheres no período colonial eram postos em prática a partir da estratégia do confinamento doméstico, que as relegava a uma vida reclusa, de saída às ruas quase exclusivamente para ir às missas, e em que eram proibidas, inclusive, de

---

<sup>2</sup> Tal classificação está alinhada à teoria dos humores, na reformulação que Galeno, no segundo século da era cristã, da medicina hipocrática. Esta teoria, que teve ampla aceitação até meados do século XIX, foi a base da teoria dos temperamentos, divididos em: sanguíneo; colérico ou bilioso; fleumático ou pituitoso; e melancólico ou atrabiliário. Tais humores estariam sob a ação de quatro forças naturais, a saber: a atrativa; retentiva; alterativa e expulsiva. Nesta última estaria concentrado a possibilidade de cura, pela ação da natureza ou pela intervenção médica, através dos comum recurso aos vomitórios, purgantes, sangrias, suadouros, fumigações etc. (Ferreira, 2009, Lima, 1996). Concepção de cura pautada na expulsão do mal natural que obtinha franca correspondência com as práticas de expulsão do mal sobrenatural causador de adoecimentos nas cosmologias africana e indígena.

espreitar as janelas para observar os transeuntes; sua educação sendo restrita a poucos conhecimentos ministrados na própria casa ou nos conventos (Araújo, 2001, Reis, 2000). A premissa básica estava fundada na imagem da mulher como Eva pecadora que deveria ser controlada para que se tornasse Maria. Os sacrifícios na vida passavam por uma leitura religiosa, de uma moralidade cristã, enquanto etapa necessária à redenção. Enquanto costume instituído, era visto e vivido como normalidade. Assim, a narrativa simbólica acerca do que era ou o que deveria ser mulher não passava por questionamentos e era esquecida em sua arbitrariedade, ajudando a constituir uma ordem que o modo de vida cortesão, pelo status que a corte detinha enquanto referência de “mundo civilizado”, desestabiliza. Para conviver com a corte e, mais propriamente, se parecer com ela era preciso viver como ela, ou seja, aprender uma série de novos esquemas de relacionamento que atingiam frontalmente o modo de vida das mulheres no Brasil. Estas deveriam ser reeducadas a partir dos princípios que norteavam o mundo aristocrático. Ora, os médicos serão contra a participação das mulheres nas formas de sociabilidade mundanas trazidas pela corte:

[Moça educada à moderna, criada no meio da atmosphera dos salões de bailes, onde respiram as infecções dos tumulos de envolta com particulas odoríferas de variadas essencias, onde ouvem à cada passo phrases tão lisongeiros, quanto aleivosas e perfidas.] Moças da laia desta, cá em nossa humilde opinião, darão sempre mais valor e apreço ao esplendor do ouro, ao brilho das pedras preciosas, que lhe asseguram entrada franca nas altas sociedades - mundo luxurioso e eivado de immoralidade e seducções -, do que a um coração nobre e generoso. - Mulheres assim formadas sacrificam sempre á belleza physica o bello moral; os deveres conjugaes, o amor materno, e os interesses da familia são esquecidos pelos desejos de agradar, de prender as atenções, de pizar triumphalmente sobre o macio tapete dos dourados salões, n'esse mundo aristocratico e corruptor - perfeita antithese da verdadeira civilisação (Mello, 1851, nota 1, p. 06).

Diferente de interpretações que serão correntes no período e que se amparavam numa espécie de determinismo geográfico a fim de dar conta dos costumes brasileiros, como nos lembra Renato Ortiz (1999a, 1999b), o médico assevera: “A influencia dos climas sobre os costumes, as crenças, o gráo de civilisação, finalmente sobre a vida moral e intellectual dos povos é muito secundaria ou quasi nulla” (p. 18). O problema se centrava num tipo de comportamento, explicitamente aquele adjetivado como aristocrático, que desviava especificamente as mulheres de suas importantes funções, ligadas à maternidade e cuidados com a família, ao pô-las em contato com luxos e licenciosidade, seduzindo-as a sacrificar o belo moral à evanescente beleza física. A vulnerabilidade feminina aos encantos de um mundo das superficialidades constituía ameaça à família e, assim, à própria civilização, que ainda se apresentava apenas como um projeto a ser

levado a cabo. Do mesmo modo que se afirma ser o mundo aristocrático aquele das aparências, afirma-se que ele apenas aparenta ser civilizado, quando seria, ao retirar sua maquiagem, a “perfeita antithese da verdadeira civilização”. Ora, o argumento de fundo que une diferentes teses médicas defendidas ao longo da segunda metade do século será a necessidade de se construir nas terras brasileiras a verdadeira civilização, e isto significava se contrapor ao mundo aristocrático, que sacrificava a moral em nome da valorização das aparências. Em outros termos, a sociabilidade cortesã impulsionava certas condutas de informalização, em seus momentos de prazer, que estariam na contramão dos refreamentos exigidos pela civilização<sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo, tais críticas feitas pelos profissionais da medicina não podem ser lidas como elogio a um modo de vida de referência colonial e, portanto, ligado ao Brasil do atraso. A perspectiva assumida pelos médicos reivindicava transformações nas condutas que as aproximavam da sociabilidade de corte, mas apenas nos apelos à saída das pessoas às ruas, para uma vida pública, com o intuito de saúde (para que se beneficiassem do ar menos viciado de fora das insalubres casas geminadas), de educação formal (as mulheres precisavam ser melhor instruídas para, em consequência, melhor instruir os futuros cidadãos) e educação dos sentimentos (o exercício da vida pública levaria ao aprendizado do trato com o outro a partir das dinâmicas de autocontrole que fariam com que a mulher se autovigiasses e, assim, tivesse internalizados os modos de conduta moral e socialmente exigidos). Por isso, as reformas indicadas pelos médicos higienistas tinham também por foco a educação formal feminina.

No entanto, de que esses médicos estavam falando ao acionar a noção de civilização, uma vez que não se tratava dos comportamentos da família real portuguesa no Brasil? Citando um discurso do cônego Pinto de Campos, no Rio de Janeiro, Cid Emiliano Cardozo (1857) afirma que a civilização mal entendida é aquela vinculada a progressos meramente materiais, que funcionariam como mero adorno e, portanto, ilusão (novamente a concepção de falseamento e engano sendo ressaltadas). A verdadeira civilização consistiria, afirma o médico, no desenvolvimento intelectual e moral do povo fazendo com que a inteligência se sobrepujasse à matéria. Trata-se de um discurso de apelo a uma forma de racionalidade, a científica, da qual os profissionais de medicina, certamente, se percebiam como a melhor expressão. Quanto a isso é interessante notar que, se há um modo de apropriação de uma discussão ligada a uma concepção europeia de progresso,

---

<sup>3</sup> O autor Norbert Elias (1992, 1993, 1994), no entanto, percebe os momentos de relaxamento na forma dos lazeres numa relação ambivalente e diretamente proporcional às exigências de autocontrole nos sentimentos e comportamentos, cuja formalização teria chegado a cume no século XIX, e não como antítese e ameaça à conduta chamada civilizada.

esses arautos da civilização brasileira estão longe de tentar um imediato transplante de um modelo civilizador europeu (Schwarcz, 2015, Ortiz, 1999b). Ao contrário, ainda que sejam declaradas explicitamente quais seriam as civilizações de referência (a saber, França, Inglaterra e Estados Unidos), as teses apresentam críticas ao modo de efetivação desses modelos de civilização a partir de argumentos que interpenetram saúde e moral. A civilização levaria ao aumento das afecções nervosas. Quanto maior a civilização, mais suicídios e mais alienados (Freire, 1888). Em outras palavras, a questão crucial aos profissionais da medicina respeita aos mecanismos que permitiriam construir a civilização no Brasil evitando ou diminuindo seus efeitos colaterais, que incidiriam diretamente na saúde moral e física da população:

Se na raça africana [prosegue Freire] a população louca é produzida por causas phisicas, nos centros civilizados as causas moraes ajuntando-se a estas fornecem numero mais crescido.

De modo que o progresso de um povo é medido pelo esforço organico e moral, que elle oppõe ás causas que tendem a atrophial-o (1888, p. 46-7).

A civilização seria algo inexorável no processo evolutivo humano, por isso não seria fato e sim encadeamento de fatos e ideias que levaria ao “estado philosophico da positividade social”, continua o autor, ao citar Benjamin Constant e Arthur Gobineau. Contudo, a efetivação da mais evoluída civilização careceria de um esforço em direção à necessária correção moral ao qual estes doutores em medicina apelam a partir do filtro religioso do cristianismo. Do mesmo modo que ocorre em sua relação com uma ideia de sociabilidade mundana ao estilo aristocrático, o posicionamento dos médicos em relação à religião é marcado por simultânea afinidade e tensão, como termos ambivalentes. Como lembra ainda Guarino Freire, a educação religiosa guarda uma série de inconvenientes: os seminários; os conventos; certas práticas, como a do jejum, que são prejudiciais. Alguns médicos, a exemplo de João Pinheiro de Lemos (1851), chegam a argumentar contra o celibato enquanto uma violência contra o corpo, a saúde, as leis da natureza e a própria obra de Deus, ocasionando dores e histeria. Mais uma vez, o alvo do discurso são as mulheres, que não deveriam ser privadas do casamento, ou seja, de uma vida sexual moralmente legitimada. Some-se a isto o apelo a novas formas de educação, marcadas por uma simbiose entre a formação racional-científica e moral-religiosa, para termos uma melhor ideia do tipo de relação, ora primando pela aproximação e ora pelo distanciamento, quanto ao controle religioso-católico dos comportamentos femininos.

A França e a Inglaterra, que são os emporios da lettras, das artes e das sciencias, não offerecem o quadro de uma civilisação perfeita: aquela por suas devassidões, quasi tantas e tão grandes, quanto as da Italia, e da Hespanha; esta por seo protestantismo estravagante, por sua aristocracia absurda e por suas miserias (...). Os Estados Unidos da America, este



paiz, onde o genio da civilização tem feito mais rapidos progressos, falto como ele é de unidade nas crenças religiosas, não poderá levar jamais uma marcha uniforme no desenvolvimento moral (Cardozo, 1857, p. 20).

Pergunta ainda: Estas “escolas de desmoralização”, referindo-se à música, teatro, bailes, qualificados de “parto abortivo da civilização”, levariam a quais consequências sobre os fenômenos nervosos? A falsa civilização acarretaria toda ordem de vícios reprováveis e a serem regulados racional-cientificamente e moral-religiosamente para o alcance da verdadeira civilização. E a falsa civilização é aquela que permite e estimula práticas de sociabilidade ligadas aos prazeres sensual-mundanos: "De envolta com os sons arrebatadores da musica, com o perfume inebriante das flores, estão as longas vigílias, as fadigas, os excessos, o ar quente e impuro da sala, e centenaes de circumstancias outras semelhantes" (p. 13) a que o autor acresce o jogo, o onanismo, as paixões em geral, os trabalhos intelectuais em excesso (no caso das mulheres, não recomenda a leitura de textos apaixonados), o tabaco, dentre outros. Contudo, naquilo que toca as fragrâncias, elas seriam não apenas um dos elementos que compõem a ambiência do mundo dos vícios da sociabilidade aristocrática. Afirma Guarino Freire peremptoriamente:

Os perfumes activos produzem excitação nervosa, cephalalgia, vomitos e inappetencia. Os que tem por base a essencia de amendoas são venenosos. Os de bergamota, de limão, de heliotropo e de jasmins produzem cephalalgias violentissimas.

Tem-se dado importancia pequena ao abuso dos perfumes, entretanto elles, em alguns individuos, excitam grande e fortemente e produzem prostração (1888, p. 31).

Os perfumes são tomados como excitantes buscados para a promoção de prazeres, algo que teria sido agravado pela civilização. A relação com os aromáticos é prática estabelecida no Brasil. Na segunda metade do século XIX, os banhos temperados com ervas aromáticas, vinagres e colônias, bem como as defumações do ambiente doméstico para limpeza, purificação e combate a traças e certos animais eram parte do cotidiano do Brasil. O ar precisava ser limpo a fim de evitar as doenças no corpo (Sant'Anna, 2011). As casas continuavam sendo fumegadas, e a higiene corporal continuava atrelada às práticas de cura e crenças no sobrenatural. Assear o corpo e aspirar rapé poderiam ajudar na proteção quanto a odores maléficos, do mesmo modo que os defumadores protegiam o ambiente doméstico contra doenças, mau-olhado, forças do além. Igualmente as crianças, em especial as recém-nascidas, eram protegidas através da defumação de seu corpo com alfazema (Freyre, 2002). A vinda da corte, com a abertura do comércio que possibilitará o ingresso de uma ampla leva de produtos ligados ao luxo, a exemplo das fragrâncias, fará com que o gosto pelos “bons aromas” ganhe uma nova motivação: o

valor simbólico do produto estará também em seu poder de permitir a aproximação do usuário com o sonhado modo de vida aristocrático europeu. Após a independência, em 1822, o Brasil

consumia perfumes com incrível avidez. Registros da época mostram que em 1867 - durante o reinado de Pedro II, sucessor do pai - o Brasil, por estranho que pareça, figurava entre os maiores importadores de perfumes franceses. Batidos apenas pela Inglaterra, o Brasil importava 252 mil quilos - medida que consta da lista publicada em *Le Livre des Parfums*, livro editado em Paris em 1870 - enquanto Portugal não chegava a 19 mil. No entanto, a indústria de higiene e perfumaria local só começaria a ter alguma expressão cerca de vinte anos depois (Ashcar, 2001).

O perfume começava a despontar como adereço de gente civilizada, como se pode observar a seguir no texto publicitário dedicado à Água de Florida de Murray e Lanman e ao Célebre Tônico Oriental de Lanman e Kemp, publicado no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, em 1846; no entanto a referência aos poderes terapêuticos persiste.

Estas ultimas perfumarias, garantidas, legitimas e verdadeiras, introduzidas em todo o mundo civilizado, têm invadido os *toilletes* mais distintos e aristocraticos, e adquirido justamente alta reputação, tanto pela delicadeza de seu delicioso aroma, como pelos seus salutaes efeitos. Prescindindo, porém, dos numerosos e variados casos em que a sua applicação produz instataneos resultados therapeuticos, como os seus autores largamente enumerão e attestão, limitando-nos a apreesnta-las, como uma urgente necessidade do toucador moderno, a todas as damas e cavalheiros que têm pretensões de possuir uma cutis clara, macia e delicada, e uma cabelleira vasta e formosa. Rua das Violas, 13, esquina da rua da Candelária.

A situação não se altera muito décadas mais tarde, como podemos perceber em outro anúncio publicitário do mesmo produto, mas agora publicado no *Jornal da Bahia* (1870).

#### **A razão porque devemos usar da Agoa Florida de Murray e Lanman**

Porque é o perfume mais deliciosos e d'uma fragancia mais duradoura que se conhece.

Porque é extrahido das viçosas e frescas flôres do campo.

Porque é um perfume muito mais fino e delicado, superior á melhor Agoa de Colonia franceza ou allemã.

Porque é o perfume mais precioso e ao mesmo tempo mais barato que se offerece ao publico.

Porque suavisa e aformosea a pelle e as feições tornando-as ainda mais formosas.

Porque desvanece e faz desaparecer os pannos, sardas e ebullições do rosto.

Porque serve de immediato allivio e refrigerio ás dores de cabeça e desmaios.

Porque limpa o rosto de todas as maculas que afeiam e obscurecem a formosura.

Porque transmite e transforma a pelle trigueira n'uma cor clara, macia, transparente e rosada.

Porque quando se usa no banho, vigoriza o corpo, vivifica a alma e reanima as ideias.

Porque diluída em água, torna-se o melhor de todos os dentífricos conhecidos.

Porque dissolvida em água, suaviza e aplaca a ardência depois que se ha feito a barba.

Porque misturada com água serve de agradável lavagem para os dentes dentro da bocca, um suave aroma dissipando o nauseabundo cheiro do charuto.

Porque todas estas asserções se acham firmemente apoiadas pelo testemunho do mundo elegante.

Acha-se á venda em todas as principais lojas de perfumarias e drogas.

Haja toda a certeza que se compre a verdadeira AGOA DE FLORIDA de Murray e Lanman.

No entanto, o médico Guarino Freire (1888) lista o perfume ao lado do álcool, tabaco, ópio, morfinomania, haxixe, coca, arsênico, dentre outros. Isto é, as fragrâncias funcionariam como drogas, do ponto de vista das alterações que promoveriam, ligadas à sempre ameaçadora excitação prazerosa, do ponto de vista moral, e a dores, do ponto de vista orgânico. No que respeita a civilização, o abuso de tais substâncias, nos termos do autor, degradariam a espécie humana por meio da alienação mental e, por sua vez, pela degradação mesmo das raças.

Tratar dos perfumes assume importância em conformidade com as discussões a respeito da influência do ambiente no comportamento humano, o que promoveu a problematização do efeito do ar e, em especial do ar perfumado natural e/ou artificialmente, no organismo... feminino. A atmosfera influenciaria na saúde a ponto de poder provocar na mulher abortos, esterilidade, como anuncia Baraúna (1868), ou mesmo a suspensão das regras e a morte, como afirma Cardozo (1857). No caso deste último e de Mello (1851), explicita-se de modo mais evidente que o uso do perfume envolvia simultaneamente prazer, sensualidade e vaidade, amálgama que levaria à condenação dos aromáticos pelos higienistas na forma das fragrâncias, dos jardins perfumados instalados ao pé das janelas nos palacetes dos magnatas (que deveriam ser evitados principalmente pelas grávidas), ou mesmo dos vasos de flores colocados próximos ao leito com seu inebriante perfume. Qualquer aroma seria capaz de excitar os nervos femininos, afirma Cardozo, provocando-lhes imediatamente síncope, histeria ou outra afecção nervosa:

Não há muito tempo que foi publico nesta cidade o facto de uma infeliz moça, que recebendo, ao abrir a gaveta de seu guarda roupa, a impressão subita do cheiro de uma perfumaria, que ahi existia soffreo um choque nervoso tal, que occasionou-lhe immediatamente suspensão das regras, que bem cedo atirou-a no tumulo ainda no sorriso da vida! (Cardozo, 1857, p. 11).

Mais do que servir ao falseamento e ao adoecimento, os perfumes eram lidos, apesar de isso não chegar a aparecer da forma mais explícita no material das teses, a partir de seu potencial de sedução, como pode ser observado em certas menções como a que faz Cid

Emiliano Cardozo a Cleópatra, “a rainha libidinosa e devassa” (1857, p. 11). Este elemento curiosamente aparece de modo sutil e velado considerando-se que as mulheres (de temperamento sanguíneo) comparecem simultaneamente como usuárias e principais vítimas dos perfumes. A menção ao masculino não é feita diretamente, mas através da referência ao consumo de certas substâncias, como os mencionados haxixe, tabaco, álcool, dentre outros. A visão desses médicos quanto ao uso de aromáticos está alinhada às interpretações que circulavam nos meios burgueses europeus, que percebiam no evanescente perfume uma expressão da falta de estabilidade que se deveria evitar no mundo do cultivo à racionalidade (Perrot, 1996) e uma ameaça direta ao próprio exercício da razão por conta da excitação dos instintos sexuais que potencialmente promoveriam determinados cheiros. Assim, eles poderiam contribuir sobremaneira na criação de ambientes favoráveis à licenciosidade, contrária à moral burguesa do pudor e do comedimento, ameaçando os comportamentos civilizados pautados no autocontrole ao lançar os indivíduos novamente na primeira natureza, ou seja, em sua condição animal que se queria negar/esquecer a partir da afirmação do mundo civilizado-humano como aquele de exercício da razão e que teria por referência o masculino - sendo a mulher o perigoso elo entre o humano e o natural, o que justificaria sua maior vulnerabilidade, e também definiria sua condição de alvo privilegiado para as ações disciplinares com fins ao seu (auto)controle e, em consequência, proteção da própria civilização.

Os fortes perfumes de base animal, entendidos como potentes afrodisíacos, foram substituídos, a partir do final do XVIII na França, pelos florais, mais leves e em maior conformidade com o mundo natural, numa época em que ainda estava em desenvolvimento o conhecimento que possibilitaria efetivamente a criação de novos aromas, inexistentes na natureza. Como nos lembram Elias (1992, 1993, 1994), Williams (2001) e Wouters (2012), o desenvolvimento urbano e simultâneo afastamento da natureza acabou por permitir novos modos de aproximação com os ambientes naturais no século XIX, mas de modo idealizado nas imagens nostálgicas de uma natureza e vida no campo amigáveis, marcadas pela calma, pelo prazer, mas que passariam a ser vividos, no entanto, de modo meramente contemplativo, o que permitiu a reelaboração da própria natureza de modo que ela fosse incorporada à vida urbana, por exemplo, na forma dos jardins tão celebrados no período. A voga dos florais estava igualmente ligada à celebração do natural, assim permitido, uma vez que, apesar das críticas, as fragrâncias não deixaram de ser usadas nos países europeus e nem no Brasil. No entanto, acrescenta-se aí um outro fator de peso: os odores do corpo igualmente eram entendidos como afrodisíacos. Uma vez que não era possível apagá-los, no mundo da racionalidade

seria possível controlá-los pelo uso de outros odores que poderiam sobrepô-los ou, ao menos, neutralizá-los. Ao cheiro sensual dos corpos, põe-se em confronto o cheiro delicado das flores. A natureza idealizada e reencontrada é posta a agir a favor do humano (Nery, 2016).

É importante lembrar que, a essa época, a produção e comércio de perfumes na Europa havia avançado em dessacralização. Apesar de os aromas ainda serem utilizados para fins terapêuticos, havia um crescimento considerável de sua condição de apenas produto comercial (para embelezamento e sedução), a partir do século XVII. A saída dos perfumes das boticas para as lojas de cosméticos se deu apenas no final do século XIX europeu, quando a comunidade científica se volta à ação dos micróbios, por conta da descoberta de Pasteur, e os odores passam a ser compreendidos não como agentes patológicos, mas sintomas, e de pouca importância (Corbin, 1986). Os agradáveis aromas deixam, portanto, de ter a função de combater os desacreditados odores ruins em seu papel de ataque à saúde. Acreditava-se que os bons cheiros formavam uma barreira de proteção que impediria o ataque dos odores patológicos, principais agentes de adoecimento. É assim que os perfumes, por sua vez, perdendo sua função terapêutica, passam a ser caracterizados mais efetivamente como frivolidades, num desdobramento das críticas feitas pelos reformadores protestantes, e são associados às pessoas frívolas, ou seja, no contexto de século XIX, aristocratas e mulheres. A sua artificialidade ajudaria a encobrir a natureza humana, e não a ressaltá-la. "Como os cientistas e psicólogos do século XIX e início do XX argumentaram, a supressão do sentido do olfato foi uma das características definidoras do homem civilizado" (Classen *et al*, 1996, p. 101).

Em lugar de suprimir o uso dos aromas, o século XIX regulará seus usos e impulsionará sua comercialização para diferentes partes do mundo (Classen *et al*, 1996, Reinartz, 2014). Na segunda metade do século XIX, a perfumaria francesa se utilizava de matérias-primas advindas das diferentes partes do mundo, ao passo em que exporta seus produtos também para diferentes partes do mundo. Conforme Corbin (1986), o comércio com o Oriente havia se invertido. O produto que chega ao Brasil, como afirmado, está desencantado, mas encontra um cotidiano mágico num mundo em disputa.

Em acréscimo, a formação profissional em Portugal e no Brasil ajudava a conformar a especificidade da vinculação entre um espírito racional-científico e uma moralidade católica, enquanto nos demais países da Europa se avançava francamente na direção da autonomização científica. Se, ainda em 1547, dom João fundou o Colégio de Artes e Humanidades, tempos após, ao entender a instituição como uma ameaça à sua política religiosa e cultural, o rei entrega a instituição aos jesuítas (Priore, 2001), que promoverão

lá o desenvolvimento de uma formação, acima de tudo, religioso-filosófica de caráter teórico e que pouco preparará esses profissionais ao enfrentamento das questões práticas do exercício profissional.

A formação dos médicos licenciados era insatisfatória e inadequada, para não dizer pior. Durante o século XVII e a grande parte do século XVIII, o ensino médico em Coimbra foi persistentemente dominado por uma sensibilidade escolástica medieval baseada no sistema galênico tradicional de ensino da medicina. Mesmo no segundo quartel do século XVIII, se não acompanhassem a evolução médica no estrangeiro, muitos médicos profissionais formados em Coimbra não tinham simplesmente contato com novas ideias exteriores a esta tradição obsoleta (Walker, 2013, p. 81).

A Companhia de Jesus manteve o controle sobre o ensino superior em Portugal até 1759, momento que marca o início da atuação de Pombal. Medievalismo e formação pautada numa moral religiosa católica justificavam o ingresso, que foi frequente no XVIII, desses médicos nos trabalhos remunerados da Inquisição, ainda de acordo com Walker, na condição de “familiares”, isto é, de funcionários não-eclésiásticos do Santo Ofício que tinham por excelência a função de denunciar indivíduos que deveriam passar por investigação. Aquilo que observa Walker, a partir de sua análise das atividades da Inquisição portuguesa no citado século, período em que estavam em desaparecimento em outros países da Europa, é que se acentuam as denúncias contra curadores populares. Em sua interpretação, a precária formação dos médicos profissionais não os permitia rivalizar com os curadores, pois as fronteiras entre os dois grupos não ficavam claras em termos de concepções do processo de cura (ambas fundadas no imbricamento com o universo das crenças mágico-religiosas), ao passo em que os curadores populares detinham domínio prático da atuação médico-cirúrgica e um elevado grau de reconhecimento social que faltava aos médicos de formação erudita. O contexto, pois, é de disputa por espaço de atuação profissional e de tentativa de estruturação de um modo de exercício da medicina mais autonomizado quanto às crenças “supersticiosas”.

Se este é o cenário em Portugal, é cabível lembrar que no período colonial era proibida a instalação de instituições de ensino acadêmico no Brasil (Almeida, 2010). Tal política da Metrópole apenas sofrerá alteração em 1808, com a vinda da família real para estas terras. Até lá, os residentes no Brasil que desejassem estudar nas academias de medicina eram obrigados a ir a Portugal. Mesmo aqueles que retornavam para atuação profissional na colônia, número bastante restrito frente à vastidão do território, eram obrigados a se defrontar, do mesmo modo que em Portugal, com os curadores que, de igual modo, tinham o reconhecimento de sua competência por parte dos habitantes daqui.

Em conformidade com o médico Gonçalo Moniz (1923), foi escrita na Bahia e datada de 18 de fevereiro de 1808 a carta redigida por D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar, dirigida a D. João Saldanha da Gama, 6º Conde da Ponte, através da qual se informava acerca da decisão do Príncipe Regente de fundar na cidade de Salvador uma escola de cirurgia, por sugestão do médico José Correia Picanço, pernambucano, depois Barão de Goyana. A escola teria seu funcionamento no Real Hospital Militar, instalada na casa onde antes funcionava o colégio dos jesuítas no Terreiro de Jesus e que depois passou a compor as Faculdades de Medicina, em que as Escolas de Cirurgia, da Bahia e também do Rio de Janeiro, foram transformadas em 1832, e que instituiu também os cursos de Farmácia e de Obstetrícia, este último voltado às mulheres. É apenas a partir da formação dos médicos nas instituições brasileiras, ou seja, mais propriamente na segunda metade do século XIX que este profissional vai começar a se tornar uma efetiva alternativa na procura dos habitantes por serviços de cura, mas ainda assim de modo singularmente tímido. Uma franca disputa tomará a cena com os médicos buscando assumir o monopólio do saber a respeito da cura, mas também da prevenção ao adoecimento a partir de medidas de intervenção higienistas que incidiam sobre os diferentes aspectos da vida. Com uma formação marcadamente teórica e religiosa desde Portugal, o debate científico e reformador caminhará de braços dados, também no Brasil, com os apelos morais de índole católica, conforme vimos, e terá dificuldade de se sobrepôr à atuação dos curadores, benzedeiros e demais práticos dos serviços de cura, que passarão a ser desacreditados pelos médicos a partir da alcunha de charlatães, recurso simbólico de atribuição de valor negativo à atuação destes que, por séculos, foram a quase única possibilidade de acesso a serviços de cura no Brasil. Atacava-se a eficiência do serviço, do mesmo modo que o conhecimento que lhe servia de base por sua relação com as superstições, categoria continuamente acionada para ressaltar o descrédito a que os curadores seriam merecedores - pouco se falará em magia. Tal estratégia, não necessariamente reflexiva, foi percebida também em Portugal por Walker, no deslocamento dos argumentos que antes se estruturavam na busca por identificar as curas como satânicas, o que reafirmava o poder de curar, e, posteriormente, passaram a questionar a própria cura ao afirmar a ineficiência dos procedimentos.

Em matéria datada de novembro de 1903, na *Gazeta Médica da Bahia*, o médico Candido Elipídio de Souza Figueiredo debate o caso do curandeiro Faustino Ribeiro que estava atuando em Salvador, já tendo passado pelo Rio de Janeiro e São Paulo. O curador atuava por imposição das mãos e, devido à sua fama, teria em pouco tempo conseguido atrair um razoável contingente de público, qualificado por Figueiredo como “neuropathas e

supersticiosos”. A autoridade sanitária é acionada, pois o charlatão, nas palavras do autor da matéria, teria infringido a lei estadual n. 112, de 14 de agosto de 1895, que proíbe o exercício da arte de curar àqueles que não teem habilitação para tanto. Para além da necessidade de formulação da lei, o que nos permite perceber que a profissionalização da medicina teria apoio do Estado, é interessante observar a autodefesa feita por Faustino Ribeiro, ao ser chamado a apresentar sua habilitação para cura, evento narrado ainda por Figueiredo:

Faustino Ribeiro declarou por escripto e depois verbalmente que *cura por uma influencia que o povo experimenta e affirma, e que elle mesmo ignora; suppondo em sua crença que trata-se de um phenomeno propriamente theosofico, isto é, de uma manifestação de nosso Supremo Pae de infinito amor e misericordia.*

(...) Além do prejuizo á saude publica, a influencia moral do theosopho Faustino está a despertar a superstição e o fanatismo, que são os elementos mais perniciosos á vida e à felicidade de um povo, e as causas mais poderosas de seu atraso e decadencia.

A tolerancia deste abuso no estado actual da nossa civilisação seria um retrocesso ás epocas de magia e feitiçaria do periodo mystico ou theologico, em que os phenomenos extraordinarios se explicavam pela intervenção divina ou diabolica, e cujos effeitos a historia registra com horror nessas nevroses epidemicas que flagellaram os povos da edade media e que felizmente os progressos da civilisação e da hygiene social varreram dos paizes cultos, impedindo que em seu sólo revivam e evoluam os germens da superstição e do fanatismo. (Figueiredo, 1903, p. 193-196).

No entanto, em texto publicado já em 1922, o médico Gonçalo Moniz, ainda se refere à existência dos curadores populares como coisa comum no interior e na capital da Bahia e tendo por clientela pessoas dos variados estratos sociais. Mesmo que tenhamos, inclusive, há poucas linhas atrás afirmado os laços estreitos entre os interesses do Estado e da classe médica para conformação do Brasil do progresso, somos obrigados a ressaltar que tal relação era ambivalente, posto que o próprio Estado punha em prática ações contraditórias a respeito, expondo as dificuldades entre um projeto desejado de país e os costumes fortemente cimentados. Um exemplo disso é a situação discutida em matéria não-assinada de 15 de fevereiro de 1870 e publicada também na *Gazeta Médica da Bahia*. O título é, de pronto, digno de nota: “Á Proposito da Promoção de um Curandeiro a Cirurgião-Mór da Guarda Nacional”. O autor da matéria aponta a contradição, ao lembrar do regulamento datado de 20 de setembro de 1851 proibindo a prática da medicina, ou seus ramos, por aqueles que não tenham título das escolas de medicina do Brasil, ou título reconhecido por elas. Os anos 1870 teriam funcionado como um marco de mudança no perfil e produção das escolas de medicina. Conforme Schwarcz (2015), as recentes epidemias de cólera, febre amarela, dentre outras, bem como a Guerra do Paraguai funcionaram como motores a uma atuação missionária destes



profissionais, que, inclusive, reformularam os cursos de medicina no período. Era urgente reverter a alta mortalidade do período. Entre 1897 e 1903, ou seja, já na virada do século, foram registrados 35.294 óbitos apenas em Salvador. Cerca de 20% destes foram compostos por moléstias de notificação obrigatória junto à Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia: cólera e moléstias coleiformes, febre amarela, peste, varíola, tuberculose, escarlatina, difteria, febre tifoide e desinteria (Santos, 2013). A legitimidade do discurso e prática médica oficial, que vai se assentando a partir de fins do XIX, se dá a reboque também da punição e repressão aos cultos religiosos não-católicos num acontecer conjunto à proibição das práticas de cura entendidas como não-científicas. Tais medidas, que iniciaram ainda no período imperial, são institucionalizadas na República com o código penal de 1890, que prevê punição para a magia, curandeirismo e prática ilegal da medicina (Sampaio, 2003). Mesmo assim, vemos conviver diferentes modelos e práticas de saúde, bem como diferentes usos dos aromas por parte da população.

Neste contexto, os cheiros não podem ser interpretados fora de sua vinculação mágico-medicamentosa. Eles não eram apenas um dispositivo do mundo aristocrático a desviar o Brasil dos rumos da civilização por servirem como excitantes. Desde os tempos coloniais, acreditava-se em seu poder mágico para as questões ligadas às pendências de relacionamento inter-humano em variadas ordens, não apenas vinculado à sedução (apesar de ser amplamente aceito o seu poder afrodisíaco), e também para proteção físico-espiritual. Mesmo no conturbado contexto das epidemias, permaneceram sendo acionados para efeitos de cura.

Com a imprensa em desenvolvimento no país, os jornais e revistas serão palco dessas disputas na reafirmação ou negação de concepções e práticas, o que se fazia acontecer em matérias assinadas (ficticiamente ou não) e nos anúncios publicitários que, ao compor suas narrativas conferindo significados aos produtos, não apenas expressavam o rol das representações vigentes, como também, no seu papel de produção simbólica, contribuíam para a conformação de novas (mas nunca completamente novas) possibilidades de associações simbólicas articuladas aos produtos a serem potencialmente partilhadas pelos leitores. No Jornal *A Pátria*, publicado em Niterói (RJ) em 21 de fevereiro de 1867, vemos, por exemplo, uma reportagem assinada por Dr. A. de Grand Boulogne apresentada como uma reprodução de matéria que teria sido anteriormente publicada em 30 de setembro de 1865 no Jornal *Le Monde*, de Paris, a respeito do cólera, doença que, por vezes, assolou o Brasil:

Os casos varião e as medicações também porém em geral é quasi sempre útil e proveitoso o uso de infusões aromaticas e alcoolizadas, os clysteres frios, fortemente etherizados, as fricções energicas, seja com a lâ secca,

seja com tinturas aromaticas de camphora e de alfazema, enfim, entreter o calorico artificial e tudo quanto puder reanimar a circulação e ativar o systema nervoso.

O fragmento acima, publicado na segunda metade do século XIX, se opõe cabalmente ao posicionamento dos médicos verificado nas teses publicadas em igual período na Faculdade de Medicina. O interessante é o modo como articula um discurso remissível ao saber médico erudito a concepções que marcam o modo popular de lidar com as doenças se valendo daquilo que é condenado pelos médicos: nas teses, afirma-se apenas o caráter danoso à saúde promovido pelos aromáticos. Em publicação ainda de janeiro de 1832, no jornal *O Simplicio*, do Rio de Janeiro, podemos observar o ataque frontal aos curadores, aí denominados curandeiros, termo tornado sinônimo de charlatão:

O luxo, esse cruel inimigo, que surrateiramente tem vindo da Europa, para perdição de nossa Patria, continua desde o sumptuozo apozeno do nobre, até á mais rude choupana do Lavrador!

(...) Mas ainda falta o melhor da festa: os *Curandeiros* tambem chegaram ao seu S. Miguel!

Um d'esses homens, ha mezes, nos suburbios d'esta cidade, foi chamado para ver uma Senhora viuva, qua apenas padecia - medo do *Falso* do Banco, e sentimento de estar sem dentes e com os cabellos brancos; - os vezinhos censuraram por não ter sido chamado um medico de fama, ao que ella respondeo, que esses Snrs. não uzam ter muito sentimento quando vão aninhos para o Ceo e velhos para a cova. Chegou com effeito o vezinho *curandeiro*, mas antes de fazer observação alguma, consolou a doente, e depois de pôr os oculos e tomar rapé fez as seguintes perguntas: - A Senhora he apetitoza? - Não Snr; o fastio mortifica-me. - Mão!! Tem somnolencias periodicas? - Durmo sómente a horas mortas. - Bem. *Não ha de ser nada com Deos*. A Senhora tem uma escandecencia estacionaria, que lhe embaraça os orgãos respirantes; havendo descuido poderia produzir algum ataque glandulozo; mas ainda he tempo de evital-o: se a Senhora tivesse chamado algum d'esses Snrs. theoricos, que tem muita fama, estava a ésta hora com a caza cheia de barbeiros, uns a sangrar, outros a deitar bixas, e o boticario a cozinhar sevada e grama todo este mez e o que vem: eu cá sigo outra marcha. Estas molestias, Senhora Dona, são originada [ilegível] de alimentações de animaes damninhos e vegetaes silvestres; e muito frequentes em quem tem vidas acidentarias: receitarei um cozimento preparativo, e depois passarei a dar-lhes tres ou quatro vomis do *Licor Divino*, chamado vulgarmente le-Roy, e con mais 60 ou 70 purgatifs havemos deitar para fóra o inimigo: - Mas, Snr. vezinho, tenho sustos continuados. - Isso he muito natural em quem tem complicações sistematicas; para esse incomodo basta fazer uzo do aroma da arruda, ou mesmo banhar as clavicolas com agoa da rainha. Póde a Snra. estar certa que a medicina tem apenas um olho aberto! Muitas vezes os remedios cazeiros salvam a vida e a bolsa (...)

E que tal, Leitores! que vos parece o Snr. *Arcenico*? (assim o vou chamar) adquerio o nome de *homem entendido*, e faça Deos bom tempo! (...) Cuidemos pois, Leitores, em educar os nossos pequeninos para saberem livrar se dos *Arcenicos* do tempo.

- He muito sensivel ao homem pensador ver uma belleza, victima de hediondas superstições, temendo bruxas, feiticeiras, lobishomens e cazas *mal assombradas*, entretanto que o Luxo dezordenado, unico terrivel *feiticeiro* merece cada vez mais sua constante adoração!

Tal texto, de 1832, foi publicado, portanto, no ano em que as escolas de cirurgia são tornadas Faculdades de Medicina. Ou seja, estamos tratando do início do percurso de formação dos médicos. Aquilo que chama a atenção é que já se trata de um contexto de disputas envolvendo os licenciados (a exemplo dos citados barbeiros e boticários) e os curandeiros, tal qual a nomenclatura empregada no texto. A denúncia feita na matéria explicita a articulação com elementos de um discurso profissional à incitação de práticas que respeitariam ao modo popular e valorado como enganoso no modo de lidar com o adoecimento, a partir de uma relação de cuidado e afeto, contraposta, emocionalmente à mais fria relação com os profissionais licenciados (que não demonstrariam muito sentimento com a morte de crianças e de velhos); com apelo a Deus e a remédios ligados a crenças mágicas (a palavra feiticeiro aparece em destaque no texto) e superstições, pondo em risco a vida dos indivíduos (não à toa o destaque na expressão homem entendido, como modo de evidenciar possivelmente uma ironia). Mas quais seriam esses remédios supersticiosos? Um cozimento preparativo (os ingredientes não são mencionados), Licor Divino, o muito conhecido na época purgante francês Le-Roy, aroma de arruda e Água da Rainha. No reinado das superstições, adverte, teme-se o mal errado: em lugar de ter medo de criaturas inexistentes, fruto da fantasia, deve-se temer outra ordem de feiticeiros: os luxos em seu poder de encantamento, transformação e corrupção. Obviamente, não podemos tornar essas afirmações um absoluto, por um lado, devido ao fato de se tratarem de concepções bastante arraigadas e, por outro, devido ao fato de não termos acessado, no processo de pesquisa, o universo das 2.502 teses. De qualquer modo, se mesmo a tese intitulada *Sciencias Medicas - Bebidas Aromaticas*, escrita por Aristides Cezar Spinola Zama em 1858, não traz, na análise do autor a respeito do café, do chá e do chocolate, qualquer consideração sobre o papel dos aromas, podemos perceber em publicações outras vinculadas especificamente à atividade profissional dos médicos já em inícios do século XX concepções que nos permitem afirmar a interpenetração dos discursos e representações a respeito dos cheiros no seio destas disputas pelo poder de falar sobre e tratar as curas no Brasil.

#### Conclusão

O que podemos perceber é o século XIX como palco das disputas pela diferenciação da atividade profissional médica (erudita) em relação às diferentes formas de prática médica popular, em conformidade com o processo de racionalização no modo descrito por Max Weber (1982). Tal processo inicia com as tentativas oficiais de classificação das atividades de cura, buscando demarcar formas de atuação que, no fazer, continuamente se atravessavam (parteiras, barbeiros, sangradores, cirurgiões, boticários...) e,

simultaneamente, hierarquizando-os valorativamente. Constituíam-se uma homologia entre o posicionamento social dos agentes de cura (se eram brancos, indígenas, mulatos ou negros, libertos ou escravos, homens ou mulheres) e o tipo de intervenção promovida (por exemplo, ser barbeiro ou sangrador era inferior a ser boticário ou cirurgião), uma vez que se trata de uma única estrutura composta por diferentes funções articuladas. Tal processo de estabelecimento de clivagens classificatórias se prolonga com as ações de implementação das instituições de ensino em medicina, que passaram a ser permitidas no Brasil em função da vinda da corte, desejosa de atendimento mais especializado, e, após a independência do Brasil, como marco para a construção do novo país, que tentava romper seus laços coloniais, a partir do incentivo a práticas intelectualizadas e legitimadas de cientificidade e que, portanto, estariam na contramedida de práticas mágicas de cura. Tais instituições funcionam, pois, não apenas como mera objetivação de processos em curso. Não são mera síntese, uma vez que são recurso para o remodelamento de práticas. Em outros termos, não são objetivações que meramente articulam o passado; pretende-se que sejam antecipações do futuro desejado por se depositar nelas as fichas de construção de mundo, pela relação fetichizada com as instituições e crença no seu poder simbólico de atuação. Como afirma Schwarcz,

se essa elite ilustrada não era, em sua maioria, originária das camadas mais pobres, também não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo porta-voz exclusiva dos interesses das classes dominantes. Por outro lado, se é certo que sua composição social os situaria como membros das camadas mais altas da sociedade, sua atuação não pode ser exclusivamente explicada em termos de pertinência de classe. Por fim, apesar dos estreitos laços de parentesco que atavam certos intelectuais a famílias de proprietários de terra, sua atuação se dá em contexto urbano, o que já os diferencia de seu grupo de origem. (2015, p. 35).

Ou seja, este grupo estava agindo no sentido de se conformar enquanto tal, enquanto grupo particular de profissionais articulados a partir de um modo especificado de racionalidade (a científica) a delinear os contornos daquilo que Weber denominou linha de conduta, ou seja, modos de fazer informados por regras circunscritas, no caso, à atuação médica erudita. No entanto, como ressalta ainda o autor, e o caso da diferenciação entre o religioso e o econômico é exemplar disso, tais processos, que caracterizariam o chamado mundo moderno, se dão na contrapartida de uma série de tensões experimentadas na medida em que as linhas de conduta ainda estão em grande medida interpenetradas. Na forma como vimos, os anseios de autorreferencialidade do fazer médico - e, por isso, a dificuldade de Schwarcz em perceber articulações com o poder político ou interesses dados a partir dos vínculos a certas classes econômicas - se colocava na forma emocional da denúncia ao charlatanismo, isto é, à ineficiência das

práticas e das crenças que conferiam suporte a elas. O tom visceral das denúncias põe à luz não apenas a grande aceitação da medicina popular pelos diferentes estratos sociais, mas também, por uma lado, a crença dos médicos na diferença entre os fazeres e que encontra correlato emocional na forma da indignação pela percepção de que a “óbvia” diferença é socialmente irreconhecida e, por outro lado, num esforço de separação que apenas se dá na medida em que muitos procedimentos dessa mesma medicina popular encontram ainda ecos na própria medicina profissional erudita. E a ordem das interpenetrações se dava em três sentidos: 1) nas afinidades entre a canônica teoria hipocrático-galênica dos humores e concepções/práticas de cura convencionais entre indígenas e africanos, os três fundados numa ideia da doença como um mal (natural ou sobrenatural) a ser literalmente expurgado do corpo por mediação do agente de cura; 2) pela circulação dos manuais de medicina, com fins à popularização das práticas de cura, que permitia o exercício do curar aos leigos a partir da incorporação de discursos e práticas médicas eruditas, ainda que, em certa medida, defasadas do ponto de vista dos debates de segunda metade de século; e 3) a incorporação do saber popular em práticas eruditas, por conta dos costumes e como mecanismo para dar conta de questões práticas por profissionais de formação teórica.

Cabe ressaltar, tais doutrinas hipocrático-galênicas estavam profundamente arraigadas numa história da arte de curar que se prolongou desde cinco séculos a.C. até meados do século XIX cristão. Conforme Lima (1996), ainda é possível ver nos dias atuais resquícios da teoria dos humores no modo como as pessoas concebem o corpo e os processos de adoecimento e cura. Isso se acentua ao tratarmos de médicos formados em Portugal e no Brasil, que estavam em descompasso ainda com as significativas mudanças na área advindas das recentes descobertas e avanços técnicos. O marco de reestruturação do ensino médico no Brasil se deu apenas nos anos 1870, ou seja, em fim de século. Como foi demonstrado através das teses, a noção de temperamentos, como o sanguíneo atribuído às mulheres, ainda era acionado, do mesmo modo que a preocupação com o ar quente ou odorizado.

A alcunha de charlatões servia, neste contexto, ao propósito de fazer desacreditar a medicina popular, numa mudança radical de argumentos se compararmos ao período de atuação da Inquisição. Em Portugal, inicialmente o discurso médico se pautava na tentativa de afirmar o caráter demoníaco das curas populares. Reafirmava-se, deste modo, que as curas aconteciam, do mesmo modo que se confirmava que curas mágicas eram possíveis. A afirmação do charlatanismo passou a pôr em questão tanto a possibilidade de haver cura por via mágica como a própria possibilidade de cura através

do uso de certas substâncias ou submissão a certos rituais que estariam ao largo dos procedimentos que definem a ciência. De igual modo, atingia-se a estima daqueles que recrutavam os serviços dos chamados charlatões a partir da pecha de que se tratariam de indivíduos supersticiosos e, nisso, o supersticioso é atado ao ignorante e ao atrasado, talvez tornado representativo do mundo colonial que se desejava ultrapassar. A separação do científico-médico por sua intelectualização redundava numa ruptura com a magia, o que a legislação de proibição de práticas curativas e mágicas ajudava a legitimar e consolidar, apesar dos recorrentes desvios à lei.

No entanto, ao mesmo tempo, esses médicos ajudaram a constituir um mundo burguês num país ainda sem burguesia numa relação de simultânea afinidade e tensão com a religião católica. Se as práticas mágicas eram desacreditadas enquanto superstições - e mesmo no que toca a isso, temos que perceber como estas práticas mágicas e médicas também se confundiam e foram se apartando ao longo do século -, a religião (católica) ainda informava a concepção de civilização que pautava as indicações destes profissionais. O autocontrole dos impulsos a partir de práticas racionais de refreamento dos instintos foi lido à luz do pudor e da moral especificamente cristãos. Mais do que isso, foi compreendido como a chave que permitiria a construção de uma civilização perfeita, superior àquelas que existiam como referência no período. E talvez por isso eram pouco aceitáveis os mecanismos de relaxamento das tensões aristocraticamente promovidas e que pareciam ser uma abertura ao exercício de imoralidades que atingiriam maleficamente a saúde dos corpos, da sociedade e do projeto civilizador para o Brasil. Por outro lado, as tensões com a Igreja eram candentes e evidenciavam o modo como, apesar de relacionadas, tratavam-se de âmbito de discurso e concepção de mundo que não podem ser confundidos. O empreendimento de tais médicos é na ordem da autonomização relativa do científico em sua relação com a magia, a religião e o saber popular, conformando-se como um modo de conhecimento intelectualizado e conforme a um mundo que, tendo como projeto construir uma civilização, estaria rumando na direção do desencantamento.

Do mesmo modo, enquanto expressão cultural, o perfume estaria passando por um simultâneo processo de racionalização, marcado pelas pressões ao deslocamento de seus significados na direção do desencantamento, por sua desvinculação com a magia, e na afirmação de seu caráter sobretudo cosmético, pela diferenciação entre estético e científico-terapêutico. Enquanto correlato das transformações nas figurações humanas, o perfume seria uma figura cuja estrutura funcionaria como figuração, mas não, obviamente, como figuração de indivíduos interdependentes ao modo das figurações humanas, e sim

como figuração (dinâmica) de significados interdependentes, interpenetrados e hierarquizados em função dos resultados das disputas sócio-históricas na significação do mundo e das coisas. Isso significa sublinhar a escolha do termo deslocamento para dar conta da questão. No seio das lutas pela definição do perfume entre o mágico, o terapêutico e o cosmético, o que podemos perceber é o processo de rearticulação dos lugares dos significados estruturalmente vinculados - não percebemos, ao menos por enquanto, o esquecimento de alguns desses significados que, pressionados a ganharem opacidade, poderiam compor um fundo memorial se tornando potenciais e não atuais. Mesmo sendo torcidos e empurrados ao fundo de uma valoração hierarquizante, à medida do aumento do valor simbólico do discurso médico e dos avanços de um mercado de produção/consumo de base capitalista numa relação com potências transoceânicas de produtos desencantados, os diferentes significados tomados aqui permanecem atuais e, mais que isso, interpenetrados. Trata-se, de fato, de um deslocamento e não substituição ou desaparecimento. Podemos, enfim, falar dessa figuração de significados como um recorte daqueles que são alvo de interesse do pesquisador e que deveriam ser tratados do ponto de vista simultâneo do resultado de suas relações, ou seja, a partir necessariamente da concepção de interpenetração que torna o diverso totalidade. No caso, uma totalidade narrativa que informa sobre o produto porque o toma como parte do mundo e no qual a diversidade de significados aparece simultaneamente como diversidade e unidade. Nos deslocamentos promovidos, as fragrâncias, no Brasil, saem das boticas para as prateleiras das perfumarias, a iniciar seu percurso de associação com o mundo da moda. A questão é: o que acontece com seus significados mágico-medicamentosos no desdobrar do século XX, e especificamente no Brasil? A aposta aqui é de que tais deslocamentos não podem ser vistos e tratados como se tivessem ocorrido de modo uniforme e no mesmo grau nas diferentes regiões brasileiras, o que pode ter possibilitado a separação entre regiões produtoras, mais afinadas ao modo de racionalidade empresarial-capitalista, e regiões consumidoras, caracterizadas por um apego a significados das fragrâncias que iriam para além do cosmético e tornariam este bem um artigo de necessidade e não um supérfluo, ainda que a história que informa seu valor simbólico diferenciado possa ter se perdido no tal fundo de memória parecendo sobreviver mais nos usos de uma memória prática do que nas possibilidades de articulação reflexiva-verbal dos usuários chamados a explicar tais usos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010. 184p.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 45-77.
- ASHCAR, Renata. *Brasilelessência: a cultura do perfume*. São Paulo: Nova Cultural; Editora Best Seller, 2001.
- BARAÚNA, Elipídio Joaquim. *Hygiene da mulher em estado de gravidez*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia Conservadora, 1868.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARDOZO, Cid Emiliano de Olinda. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 11/1857. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.
- CLASSEN, Constance, HOWES, David, SYNOTT, Anthony. *Aroma: a história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- COELHO, Antonio Dias. *Algumas proposições sobre temperamentos*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typographia de Luiz Olegario Alves, 1853.
- CORBIN, Alain. *The foul and the fragrant: odor and the French social imagination*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. (Memória e Sociedade).
- \_\_\_\_\_. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*, v. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*, v. 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta, 2002.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis, GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 101-122.
- FIGUEIREDO, Candido Elipídio de Souza. Liberdade profissional em medicina: o caso do curandeiro Faustino Ribeiro. *Gazeta Médica da Bahia*, v. XXXV, n. 5, nov. 1903. p. 193-201.
- FREIRE, Guarino Aloysio Ferreira. *Qual o papel que desempenha a civilização no movimento das molestias mentaes*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 1888. Bahia: Bahia Imprensa Popular, 1888.
- LE MOS, João Pinheiro de. *Breves considerações sobre o celibato professado pelas mulheres*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 06/12/1851. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1851.



LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Manguinhos*. v. II, n. 3, nov 1995 - fev 1996. p. 44-96.

MELLO, Francisco Tavares da Cunha. *Algumas considerações psycho-physiologicas á cerca do homem*. Thèse apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1851.

MONIZ, Gonçalves. A medicina e sua evolução na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Fac-Símile: edição comemorativa do Centenário da Independência da Bahia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 1923. p. 401-436.

NERY, Salete. Interdependências e interpenetrações civilizatórias: os aromas e sua magia. *Estado e Sociedade*. Dossiê O protocolo de pesquisa sobre circulação transoceânica da cultura e do conhecimento, Brasília, v. 31, n. 3, set./dez. 2016. p. 693-716.

\_\_\_\_\_. Perfume de Brasil: civilização dos instintos, ecologia e identidade nacional: o caso Natura. In: LINS, Alene, MATOS, Marcos Olegário (Orgs.). *Um Recôncavo de possibilidades*. Cruz das Almas, Ba: Editora UFRB, 2016. p. 145-165.

ORTIZ, Renato. *Identidade brasileira e cultura nacional*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999a.

\_\_\_\_\_. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999b.

PERROT, Philippe. *Fashioning the bourgeoisie: a history of clothing in the nineteenth century*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 78-114.

REINARZ, Jonathan. *past Scents: historical perspectives on smell*. Urbana, Chicago, and Springfield: University of Illinois Press, 2014. (Studies in sensory history).

REIS, Adriana Couto. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUN, S., MARQUES, V.R.B., SAMPAIO, G.R., GALVÃO SOBRINHO, C.R. (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 387-426. (Várias histórias).

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary Del, AMANTINO, Marcia (Orgs.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 283-312.

À PROPOSITO da promoção de um curandeiro a cirurgião-mór da Guarda Nacional. *Gazeta Médica da Bahia*, anno IV, n. 85, Salvador, 15 de fev. de 1870, p. 145-147.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 373p.

WALKER, Timothy D. *Médicos, medicina popular e Inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro, Lisboa: Editora FIOCRUZ/ Imprensa de Ciências Sociais, 2013. 423p.

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. *Ensaio de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *El campo y la ciudad*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2001.

WOUTERS, Cas. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. *Sociedade & Estado*. Dossiê Norbert Elias, Brasília, v. 27, n. 3, p. 546-570, set./dez. 2012.

ZAMA, Aristides Cezar Spínola. *Sciencias medicas - bebidas aromaticas*. Thése apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, 1858.

Fontes:

Acervo da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

- *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1846.

- *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, 1866-1903.

- *Jornal da Bahia*, Salvador, 1870-4.

- *O Simplício*, n. 10, Rio de Janeiro, quarta-feira, 18/01/1832.

- *A Pátria*. Nictheroy, ano XII, n. 32, quinta-feira, 21 de fevereiro de 1867, p. 3.